



Formato MARC 21 para dados de autoridade: considerações no processo da tradução

MARC21 format for authority data: translation process considerations

Ana Rafaela Sales de Araújo, Universidade Federal do Ceará - rafaela@ufc.br

Denise Mancera Salgado, Tribunal de Contas do Município de São Paulo -
dmanceras11@gmail.com

Fabício Silva Assumpção, Universidade Federal de Santa Catarina -
assumpcao.f@gmail.com

Felipe Arakaki, Universidade de Brasília - fe.arakaki@gmail.com

Luciana Cândida da Silva, Universidade Federal de Goiás - luciana_candida@ufg.br

Marcelo Votto Texeira, Universidade Comunitária da Região de Chapecó -
marcelo.votto@gmail.com

Oscar Eliel, Universidade Estadual de Campinas - oeliel@unicamp.br

Raildo de Sousa Machado, Universidade Federal do Amapá - raildo@unifap.br

Eixo 12 - I Fórum de Catalogação

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, muitos instrumentos adotados para representação da informação no Brasil são de origem anglo-americana. Em especial, destacam-se o *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2r)*, publicado aqui como Código de Catalogação Anglo-Americano, e o *Machine-Readable Cataloging (MARC) Format for Bibliographic Data (MARC 21)*, publicado como Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos. A tradução destes instrumentos para idiomas locais tem se mostrado imprescindível para o fomento de seu uso e para a compreensão de termos e conceitos técnicos que, de outra forma, estariam pouco acessíveis aos profissionais não familiarizados com línguas estrangeiras.

No contexto do controle de autoridade não é diferente. A adoção do MARC 21 Bibliográfico promove o uso dos outros formatos da “família do MARC 21”, entre eles o *MARC 21 Format for Authority Data* (“MARC 21 de Autoridade”), que, por estar coordenado com o formato bibliográfico, pode compartilhar da infraestrutura já existente nos sistemas que utilizam o formato bibliográfico.



Apesar dos principais sistemas de gestão de bibliotecas encontrados no Brasil utilizarem esta infraestrutura compartilhada para implantar conjuntamente os dois formatos, nota-se uma ausência de publicações e de discussões nacionais sobre o MARC 21 de Autoridade. Por exemplo, uma tradução brasileira do MARC 21 de Autoridade realizada pela bibliotecária Margarida Morsoletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005) foi comercializada em versão impressa em 2005. A edição em questão, além de esgotada no mercado livreiro, não reflete o estado atual do Formato, uma vez que não inclui as atualizações realizadas nos últimos anos. Até 2021, não havia uma tradução atualizada e disponível on-line do MARC 21 de Autoridade.

Esta ausência de trabalhos em português sobre MARC 21 de Autoridade, seja da tradução do próprio Formato, de material instrutivo, didático ou crítico, dificulta o acesso ao Formato, impossibilitando o uso efetivo de todas as possibilidades por bibliotecas brasileiras.

Partindo desta realidade, o Grupo de Trabalho em Catalogação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (GT-CAT/FEBAB) se propôs a traduzir para o português o MARC 21 de Autoridade, diretamente da versão completa em inglês, e a publicá-lo on-line e de forma gratuita.

Desta forma, o objetivo desse trabalho é apresentar as principais discussões da tradução do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade em inglês para o português e sua publicação em meio digital. Ressalta-se que a publicação em ambiente digital possibilita a rápida e constante atualização deste formato.

A necessidade da tradução desse instrumento, justifica-se, pois havia o entendimento de que a indisponibilidade em língua portuguesa seja uma barreira para a compreensão e aplicação do Formato no Brasil e ainda que ferramentas de tradução automática auxiliem na transposição dessas barreiras, por se tratar de um conteúdo com alto grau de especialização, as traduções literais podem comprometer o entendimento do uso dos campos, subcampos e indicadores.

Trata-se de um trabalho pioneiro para a Biblioteconomia brasileira, pois é a primeira e, até então, a única tradução completa para a língua portuguesa de um dos 05 formatos MARC 21 (dados bibliográficos, de autoridade, de coleção, de classificação e para informação comunitária), conforme Library of Congress (2021c,



2021d). A referida ação realizada pelo Grupo de Trabalho em Catalogação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (GT-CAT/FEBAB) visa potencializar, ainda mais, o trabalho desenvolvido pelos catalogadores brasileiros em relação às atividades de controle de autoridade.

2 CONTROLE DE AUTORIDADES E FORMATO MARC 21

A catalogação, resumidamente definida como a reunião lógica de dados bibliográficos em registros recuperáveis e utilizáveis, é o processo que permite à biblioteca prosseguir com sua principal missão, a de atendimento e de acesso livre e aberto a todo o conhecimento e as informações registradas. O controle de autoridade torna-se vital e central a esse processo (GORMAN, 2004). A gestão de autoridades confere, à catalogação, a padronização necessária aos seus processos descritivos, tornando-se essencial na garantia de unicidade e consistência dos dados.

Pode-se definir o controle de autoridade como o processo de unificar os pontos de acesso dos catálogos, mediante a utilização de uma forma padronizada e normalizada na construção de pontos de acessos. Além desta padronização, expressa relações existentes entre os vários pontos de acesso de um catálogo, facilitando a identificação e a recuperação dos documentos armazenados (HERRERO PASCUAL, 1999). Tem por objetivo evitar ambiguidades ou equívocos que possam ser causadas por homônimos, sinônimos ou diversidades de nomes pelos quais as pessoas, entidades, obras, temáticas ou conceitos possam ser denominados.

O controle de autoridades proporciona uma melhor padronização da catalogação ao permitir a identificação e distinção entre pontos de acesso controlados em um catálogo, beneficiando catalogadores e usuários (GORMAN, 2004).

O principal produto do controle de autoridades é o catálogo de autoridades. Desenvolvidos por serviços de informação, auxiliam no intercâmbio de informações, sendo benéficos na redução dos custos de manutenção e elaboração de bases de dados bibliográficas e de autoridades.

O processo de estruturação do controle de autoridade se realiza mediante uma série de operações que permitem elaborar um registro de autoridade, que se compõe quando se estabelece a forma do nome que será utilizada para os pontos de acesso



do catálogo, ou seja, a forma autorizada do nome. Assim, estabelecem-se todas as referências, incluindo as formas não autorizadas ou relacionadas à forma autorizada, de maneira que tanto o catalogador, quando procede a catalogação, quanto o usuário, quando executa uma pesquisa, utilize sempre a mesma forma, embora nos documentos originais permaneça a variedade (HERRERO PASCUAL, 1999).

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) apresentam como fundamentais os seguintes objetivos do controle de autoridade: unificar pontos de acesso idênticos, contudo expressos de forma distinta; diferenciar pontos de acesso distintos que podem ser identificados da mesma maneira (homônimos); converter o catálogo da biblioteca em uma teia de relações que permita aos usuários navegar, com segurança, de formas variantes para as formas autorizadas relacionadas, mediante um sistema de referência; orientar o usuário, mediante notas explicativas, a uma classe, categoria ou grupo de pontos de acesso que podem melhorar a sua busca por informações no catálogo.

Os prejuízos com a falta de uma gestão dos registros de autoridade são inúmeros. Os impactos para o catálogo e, conseqüentemente, para a recuperação da informação, por si só já seriam motivos suficientes para manter um controle de autoridade dinâmico, eficiente e eficaz. No entanto, há uma preocupação tão importante quanto a anterior: o impacto financeiro na instituição catalogadora, por conta do aumento do custo pessoa/hora. Isso ocorre devido a constantes retrabalhos, não somente com recorrentes correções nos registros bibliográficos, como também com recorrentes processos de correções de entradas de autoridades, quando então constata-se que, muitas vezes, um determinado termo - seja um nome de autor ou um assunto - é inserido sem a menor preocupação com um padrão e com a própria qualidade ortográfica, o que gera inúmeras entradas incorretas, as quais poderiam ter sido evitadas e estarem todas vinculadas a uma única entrada se houvesse a preocupação inicial com um registro de autoridade elaborado sob pleno rigor técnico.

Clark (1990) aponta que o controle de autoridade é caro, contudo a falta deste é ainda mais. Estão incluídos no custo de controle de autoridade: pessoal, aquisição e manutenção de equipamentos, e suprimentos. Deve-se levar em conta também o tempo gasto na pesquisa, correção e arquivamento dos dados. Muitas bibliotecas não



os consideram como custos, porque eles, geralmente, estão incorporados nos gastos com rotinas operacionais mais comuns.

Há também o custo a ser considerado quando um usuário faz uma busca em um catálogo. Quanto mais rigoroso o processo de controle de autoridade, mais bem sucedido serão as buscas em um catálogo. As maiores economias potenciais serão redução de duplicação e redundância (CLARK, 1990).

É importante mencionar que mesmo que haja uma plena gestão de autoridades, ainda existe o fator humano, com suas atitudes perante a responsabilidade de seguir procedimentos e de 'fazer a coisa certa', uma vez que uma determinada pessoa pode negligenciar, e em vez de escolher e vincular um registro de autoridade existente e correto, pode simplesmente criar outra entrada, seja por não encontrar o registro correto, seja por não ter o devido cuidado de revisar o termo importado de algum outro catálogo, nos casos de catalogação cooperativa.

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação no início dos anos 1960, a Library of Congress (LC) inicia a realização de um projeto de mecanização do processamento de suas fichas catalográficas, bem como a automação dos processos de catalogação, pesquisa, indexação e recuperação de documentos. Neste contexto, surge o projeto *Machine Readable Cataloging* (MARC), que utiliza um sistema breve de números, códigos e símbolos na catalogação de registros, de forma a discriminar os diferentes tipos de informação. Avram (1975) relata que o projeto MARC iniciou com um piloto em 1966, distribuindo os registros da LC em formato legível por máquina em fitas magnéticas para as bibliotecas participantes de seu projeto de catalogação cooperativa. O principal objetivo da LC era a redução de custos de catalogação e o compartilhamento de informações.

Composto por campos, subcampos e indicadores, o formato MARC permite que o registro bibliográfico seja legível por máquina. Estruturado em duas seções de dados, apresenta uma seção responsável pelas informações descritivas do registro bibliográfico, e outra seção que contém os dados bibliográficos propriamente ditos. A seção responsável pelas informações descritivas possui como principais campos: líder, responsável pelas informações de processamento do registro, e o diretório, que contém informações sobre a localização e tamanho de cada campo (tag) dentro do



registro bibliográfico. A seção que contém os dados bibliográficos possui campos variáveis e está organizada em uma estrutura mnemônica, obedecendo à sequência do registro bibliográfico (SALGADO, 2015).

Um registro MARC é composto por três elementos: a estrutura do registro, a descrição do conteúdo e o conteúdo dos dados do registro. A estrutura de registro é uma implementação do padrão internacional *Format for Information Exchange* (ISO 2709) e sua contraparte americana, *Bibliographic Information Interchange* (ANSI/NISO Z39.2). A descrição de conteúdo – os códigos e convenções estabelecidos explicitamente para identificar e caracterizar posteriormente os elementos de dados em um registro e para apoiar a manipulação desses dados – é definido por cada um dos formatos MARC. O conteúdo dos elementos de dados que compõem um registro MARC é geralmente definido por padrões externos aos formatos. Alguns exemplos podem ser: International Standard Bibliographic Description (ISBD), Anglo-American Cataloguing Rules, Library of Congress Subject Headings (LCSH) ou outras regras de catalogação, tesouros de assuntos e sistemas de classificação usados pela organização que cria um registro. O conteúdo de certos elementos de dados codificados é definido nos formatos MARC (por exemplo, o Líder ou o campo 008) (LIBRARY OF CONGRESS, 1996).

O desenvolvimento do MARC Autoridade teve início em 1976, apresentando diversas edições até sua compatibilização com o formato MARC 21, em 1999. Apresenta atualizações constantes que são publicadas semestralmente pela LC. Estas atualizações contemplaram nos últimos anos várias inclusões de campos e subcampos que promovem sua adequação às orientações estabelecidas pela *Resource Description and Access* (RDA).

O formato MARC 21 Autoridade é composto de três componentes principais: o campo líder, o campo diretório e os campos variáveis. Esses campos possuem muitas similaridades com os campos do MARC 21 Bibliográfico, como o uso de indicadores e subcampos. Os campos variáveis estão estruturados em blocos de acordo com o primeiro número do campo, que identifica a função dos dados dentro do campo. O tipo de informação no campo é identificado pelo restante da etiqueta. Os campos finalizados em X00, X10, X11 estão relacionados aos registros de dados de autoridade



pertinentes à responsabilidade intelectual da obra, sendo os demais referentes a título e assuntos.

O MARC 21 Autoridade permite o intercâmbio de dados de autoridade entre bibliotecas ou agências bibliográficas, diminuindo custos de catalogação e possibilitando uma melhora na qualidade dos registros de autoridade. No Brasil, a Biblioteca Nacional é a agência responsável pela padronização dos pontos de acesso para nomes brasileiros e seu catálogo de autoridades está disponível para acesso ao público (SALGADO, 2015).

O desenvolvimento dos modelos conceituais, como o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), colocaram em evidência algumas deficiências do formato MARC. Apesar de sua estrutura complexa e com certa flexibilidade, principalmente no que concerne à incorporação de novos campos e subcampos, o MARC não permite estabelecer uma rede de relacionamentos horizontais, verticais e hierárquicas, como previsto pelos modelos conceituais. Para Serra (2013), o MARC apresenta uma representação horizontal, sem vínculos entre os registros, o que dificulta a descrição bibliográfica em um contexto digital, inviabilizando o conceito de navegabilidade preconizado no FRBR e FRAD, por exemplo. Obstante o acréscimo de vários campos ao MARC, tanto bibliográfico como autoridade, para acomodar as necessidades impostas pelo uso da norma RDA, esses campos ainda não permitem que o usuário final possa identificar as relações existentes entre registros e autoridades, bem como, permitir que essas ligações possam ser feitas de forma transparente pelo usuário durante a busca por recursos informacionais no catálogo bibliográfico.

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS UTILIZADOS NA TRADUÇÃO

A ação “Tradução e publicação do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade” foi desenvolvida por oito integrantes do GT-Cat entre os meses de agosto de 2020 e maio de 2021 e incluiu as etapas de planejamento, tradução, revisão da tradução, publicação e atualização da tradução.



O planejamento para a tradução incluiu as reuniões iniciais, em que foram definidos os participantes, as demais etapas de trabalho, as orientações gerais para a tradução, a forma de organização e os instrumentos de trabalho.

Entre as orientações gerais, definiu-se que a tradução levaria em conta outras publicações já reconhecidas na área, buscando, na medida do possível, manter compatibilidade com as traduções nelas utilizadas. Entre essas publicações estão:

- a) “MARC 21: formato condensado para dados de autoridade e Formato MARC 21 para registros de autoridades”, tradução para o português por Margarida Morsoletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005, 2018);
- b) “MARC 21: formato bibliográfico”, tradução para o português publicada pela PUC-Rio (LIBRARY OF CONGRESS, 2017);
- c) “*Formato MARC 21 para registros de autoridad*”, tradução para o espanhol publicada pela Biblioteca Nacional da Espanha (LIBRARY OF CONGRESS, 2021b).

Definiu-se também que os exemplos seriam mantidos em língua inglesa e que apenas os esclarecimentos entre colchetes seriam traduzidos para a língua portuguesa e receberiam destaque tipográfico com itálico.

As 181 páginas web presentes na versão original do Formato (169 etiquetas/tags de campos, 05 páginas explicativas ou de alinhamento e 07 apêndices) foram distribuídas entre os participantes, cabendo a cada um a tradução de 22 ou 24 páginas.

Para organização e gestão das atividades, foram criadas várias pastas e documentos no Google Drive, dentre eles uma planilha para acompanhamento da situação da tradução de cada página (não iniciada, em andamento, traduzida, em revisão, revisado, incluído no WordPress) e uma planilha para padronização da tradução de termos, expressões, campos e subcampos recorrentes.

A tradução das páginas do Formato ocupou a maior parte do tempo e do esforço que os participantes dedicaram à atividade. Nenhum dos participantes possuía formação na área de Letras, de língua inglesa ou de tradução, embora tivessem contato frequente com textos estrangeiros e, alguns deles, inclusive, já tivessem participado da tradução de outros documentos da área, como a Declaração



dos Princípios Internacionais de Catalogação e o IFLA *Library Reference Model*: um modelo conceitual para a informação bibliográfica.

Por conseguinte, foram formadas duplas de participantes, que ficaram responsáveis pela revisão das traduções uns dos outros. Ao término da revisão, o conteúdo traduzido ocupava cerca de 300 páginas em tamanho A4.

Como base para a tradução e a revisão, além dos documentos de referência mencionados anteriormente, foram usados dicionários e ferramentas de tradução on-line, como Google tradutor e Linguee. Também foram utilizadas outras ferramentas da Google para dialogar acerca das atividades, dúvidas e tomada de decisões. Exemplo: Google Meet. Houve também o uso da ferramenta de mídia social WhatsApp.

Para a publicação da tradução optou-se pela reprodução da organização das páginas conforme a versão original mantida pela LC, no entanto, com o acréscimo de recursos para facilitar a navegação (menu superior, caixa de busca, links internos, externos e âncoras). A plataforma escolhida foi o WordPress, devido aos recursos ofertados, ao conhecimento dos participantes e à infraestrutura fornecida pela FEBAB. A transposição do conteúdo das páginas de texto para páginas do WordPress e sua devida formatação também foi realizada pelos participantes do GT-Cat após uma capacitação e com o apoio de um manual.

Assim, concluída a formatação do conteúdo, em 26 de maio de 2021, a FEBAB, por meio do GT-CAT, publicou a tradução para o português da versão completa do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade. O lançamento da tradução deu-se por meio de uma webinar realizada pelo GT-CAT, no canal da FEBAB no Youtube, e contou com a palestra de abertura do professor da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Modesto, sob o título “O controle de autoridade no amparo da informação”.

A Library of Congress fez menção ao trabalho desenvolvido, indicando-o na plataforma original do MARC 21 (LIBRARY OF CONGRESS, 2021d).

Desde então, a tradução está disponível on-line no endereço <http://marc.febab.org>, tendo sido atualizada em janeiro de 2022 para incluir as alterações decorrentes da atualização n. 33, de novembro de 2021, realizada na



versão original. Do lançamento até 30 de junho de 2022, a tradução já obteve mais de 1.300 visitantes e 12 mil visualizações de páginas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: IMPRESSÕES DO PROCESSO DA TRADUÇÃO

Durante o trabalho de catalogação é comum que o catalogador atente apenas a página do MARC que descreve especificamente os campos que este necessita para a descrição do dado de autoridade. No decorrer do processo de tradução do MARC 21 autoridades, percebe-se a importância do uso das páginas introdutórias e com informações gerais sobre os campos, como o caso das páginas X00 – Nomes pessoais – Informações gerais, X10 – Nomes de entidades coletivas – Informações gerais, X11 – Nomes de eventos – Informações gerais, entre outras.

Estas páginas possuem informações mais detalhadas sobre como utilizar indicadores e subcampos, apresentando exemplos específicos. Indicam informações que clareiam o entendimento do uso dos campos, sejam eles como 1XX quanto 4XX, 5XX ou 7XX, apresentando suas diferenças e semelhanças. Apesar dos campos 1XX, 4XX, 5XX ou 7XX guiarem o catalogador para o uso destas páginas em “Orientações para aplicação do campo”, direcionando para a leitura destas páginas por meio de um link, muitas vezes, elas não são utilizadas e sua importância é subestimada.

A tradução destes campos também foi importante para o estabelecimento de padrões na tradução, como termos traduzidos, facilitando a tradução dos demais campos. Parte das informações contidas em cada campo são repetidas nos campos que possuem relação ou em outros, facilitando assim o processo de tradução. Este é o caso do subcampo 0, em que se padronizou a tradução para todos os campos como \$0 - *Authority record control number or standard number* para \$0 - Número de controle do registro de autoridade ou número padrão. Junto a isso, o mapeamento dos campos traduzidos permitiu a percepção de que alguns campos com a mesma identificação possuíam nomenclaturas diferentes, como o subcampo \$2, o qual possui as denominações de Fonte (\$2 - *Source*), Fonte do cabeçalho ou termo (\$2 - *Source of heading or term*) e Fonte do termo (\$2 - *Source of term*).

Devido à estrutura do MARC21, o conjunto de campos 4xx e 5xx possuem várias relações. Os campos 4xxx *Tracing for a [...] see from reference* foi traduzido



para Remissiva "Ver". Assim, buscou-se manter a tradução de acordo com os documentos traduzidos por Margarida Morsoletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005, 2018), além de ser uma expressão utilizada no AACR2r.

Seguindo a mesma lógica da tradução dos campos 4XX, os desmembramentos do campo 5XX - *Tracing for a [...] see also from reference* - referem-se às remissivas 'ver também', as quais indicam outros pontos de acesso relativos ao documento descrito. Esta prática possibilita o agrupamento das autoridades dispersas em um catálogo e aumenta as possibilidades de recuperação da informação. Os campos 500–585 são utilizados para identificar formas autorizadas de cabeçalhos relacionados às formas autorizadas no campo 1XX.

Os subcampos "\$a - *Corporate name or jurisdiction name as entry element (NR)*" e "\$c - *Location of meeting (R)*" também necessitaram de uma discussão mais cuidadosa, pois, pela tradução literal poderia apresentar uma confusão para comunidade sobre seu uso. Além dos documentos citados, outros também foram considerados como a tradução da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação e do IFLA *Library Reference Model*: um modelo conceitual para a informação bibliográfica, logo as expressões foram traduzidas para "\$a - Entidade coletiva ou jurisdição" e "\$c - Lugar do evento" respectivamente. Já a expressão "*named event*" foi traduzida para acontecimento.

Para promover o acesso à tradução do MARC 21 para Dados de Autoridade e, considerando a necessidade da facilidade de navegação, a plataforma apresenta o conteúdo por meio de menus, caixas de busca e links internos e/ou direcionando a versão original. A tradução da versão completa do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade pode ser acessada em: <http://marc.febab.org/>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a publicação do MARC Autoridade para a língua portuguesa é um trabalho contínuo e que requer um compromisso em longo prazo, considerando a necessidade das atualizações periódicas, necessárias para que a tradução se mantenha atualizada frente a versão original, em inglês. Desde o início das atividades de tradução, houve três atualizações do Formato MARC 21, a atualização de nº 32,



em junho de 2021, a atualização de nº 33, em novembro de 2021 e, mais recentemente, a atualização de nº 34, em julho de 2022.

Entre os participantes da atividade há um consenso de que a tradução ampliou o conhecimento acerca do Formato, não só pelos momentos de compartilhamento de saberes e discussão entre a equipe, mas, também, pela leitura e tradução de campos e de situações pouco comuns na prática catalogadora ou difundidas no contexto brasileiro. Foram ao todo 14 reuniões on-line, totalizando mais de 40h de reuniões, além do tempo despendido à leitura do documento original, as discussões realizadas em aplicativos de troca de mensagens, além da escrita da tradução.

Por fim, destaca-se que possibilidades de futuras ações relacionadas com a tradução do Formato MARC 21 para dados de autoridade permanecem abertas, visto a possibilidade de adaptação para o contexto brasileiro dos exemplos descritos na plataforma original bem como a ampliação das discussões em torno, seja do controle de autoridades, seja das traduções completas dos demais formatos da família MARC 21.

REFERÊNCIAS

AVRAM, Henriette Davidson. **MARC: its history and implications**. Washington, DC: Library of Congress, 1975.

CLARK, Doris Hargrett. **Authority control: principles, applications, and instructions**. Chicago, London: American Library Association, 1990.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloguing & Classification Quarterly**, [New York], v. 38, n. 3/4, p. 11-22, 2004.

HERRERO PASCUAL, Cristina. El control de autoridades. **Anales de Documentación**, [Murcia], n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2621/260>. Acesso em: 26 jun. 2022.

JIMENÉZ PELAYO, Jesús; GARCÍA BLANCO, Rosa. **El catálogo de autoridade: creación y gestión en unidades documentales**. Gijón: Trea, 2002.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para registros de autoridades**. Tradução: Margarida Morsoletto Ferreira. [S. l.: s. n.], 2018. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. Versão concisa da LC de 2006, com acréscimo dos campos 3XX.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para dados de autoridade**. Tradução: Ana Rafaela Sales de Araújo, Denise



Mancera Salgado, Fabrício Silva Assumpção, Felipe Augusto Arakaki, Luciana Candida da Silva, Marcelo Votto Texeira, Oscar Eliel, Raildo de Sousa Machado. São Paulo: FEBAB, 2021a. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. ISBN 978-85-85024-13-0. Versão completa da LC de 2021. Disponível em: <http://marc.febab.org/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para registros de autoridade**. Traducción al español realizada por miembros del grupo de Normalización del Consejo de Cooperación Bibliotecaria y por la Biblioteca Nacional de España. Madrid: BNE, 2021b. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. Disponível em: http://www.bne.es/export/sites/BNWEB1/webdocs/Inicio/Perfiles/Bibliotecarios/MARC21_Registros_Autoridad_Completo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21 Format for Authority Data**. Washington, DC: LC, 2021c. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/authority/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21 - Formato Bibliográfico**. Tradução: Ana Maria Neves Maranhão, Maria de Lourdes dos Santos Mendonça. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017. Título original: MARC 21 Format for Bibliographic Data. ISBN 978-85-87926-34-0. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21: formato condensado para dados de autoridade**. Tradução: Margarida Morsoletto Ferreira. São Paulo: Espaço-conhecimento, 2005. Título original: MARC 21 Format for Authority Data.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **The MARC 21 Formats: background and principles**. Washington, DC: LC, 1996. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/96principl.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC translations**. Washington, DC: LC, 2021d. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/translations.html#portuguese>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade**. Orientador: Fernando Modesto. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19012016-105319/publico/DENISEMANCERASALGADOVC.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SERRA, Liliana Giusti. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/13/13>. Acesso em: 26 jun. 2022.